

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 654/2024-PGJ, DE 20.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 35ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 20 e 21.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Christiane de Alencar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 655/2024-PGJ, DE 20.2.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 20ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 18 a 27.3.2024 e de 1º a 5.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 656/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Emy Louise Souza de Almeida Albertini para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 657/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 4.3.2024 e de 11 a 13.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 658/2024-PGJ, DE 20.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 26 e 27.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcelo Ely.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 659/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 22ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 660/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Renzo Siufi, conforme quadro abaixo:

MEMBRO	DATA
Christiane de Alencar	18, 19 e 22.3.2024
Helen Neves Dutra da Silva	20 e 21.3.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 661/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 11 a 14.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo César Zeni.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 662/2024-PGJ, DE 20.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 11 e 12.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 663/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 664/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 11 a 15.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 602/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestora do termo de adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 5/2023/MJSP/MM, decorrente do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00000646-2.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 645/2024-PGJ, DE 19.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos André Sant'Ana Cardoso 2 (dois) dias de folga compensatória em 26 e 27.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 642/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Janeli Basso 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes aos períodos aquisitivos 2021/2022 e 2022/2023, a serem usufruídos de 8 a 12.7.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 603/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Matheus Carim Buckner para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Negro em 9.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 604/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda em 16.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 605/2024-PGJ, DE 16.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 15ª Zona Eleitoral em 16.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 606/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Mundo Novo em 19.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 607/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã de 20 a 29.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 608/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto (1) da comarca de Ponta Porã de 20 a 29.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 616/2024-PGJ, DE 16.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a Promotoria de Justiça de Bela Vista a partir de 27.2.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 7015/2023-PGJ, de 19.12.2023, que designou o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 601/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar as Promotoras de Justiça Daniella Costa da Silva e Daniela Cristina Guiotti, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, integrarem o Comitê Municipal de Enfrentamento aos Vetores Transmissores de Arboviroses.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 638/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídos de 15 a 19.2.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 653/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Suspender, no dia 19.2.2024, as férias remanescentes da Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva concedidas por meio da Portaria nº 638/2024-PGJ, de 19.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 639/2024-PGJ, DE 19.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1561/2023-PGJ, de 23.11.2023, que concedeu férias regulamentares ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta: “15 a 24.2.2024”, passe a constar: “1º a 10.4.2024”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 640/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 6.12.2018 a 5.12.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00001244-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 627/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto, atualmente exercendo a função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria-Geral de 19 a 21.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 618/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6825/2023-PGJ, de 11.12.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, de forma que, onde consta: “no período de 29.1 a 27.2.2024”, passe a constar: “de 29.1 a 23.2.2024 e de 4 a 7.3.2024”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 621/2024-PGJ, DE 16.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande em 20.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 620/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bandeirantes em 20.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 617/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Fátima do Sul em 7.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 641/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 31.10.2018 a 30.10.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00001016-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 622/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 5 (cinco) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024 e de 27 a 29.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 600/2024-PGJ, DE 16.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida 1 (um) dia de folga compensatória em 5.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 615/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6680/2023-PGJ, de 4.12.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, de forma que, onde consta: “no período de 22.1 a 20.2.2024”, passe a constar: “de 22.1 a 9.2.2024 e de 19 a 29.2.2024”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 619/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior 4 (quatro) dias de folga compensatória de 27.2 a 1º.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2018/2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 599/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 344/2024-PGJ, de 29.1.2024, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá referente ao mês de fevereiro de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA (TELEFONE: 99603-9203)
15 (19h01min) a 21.2.2024 (11h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro

●Passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA (TELEFONE: 99603-9203)
15 (19h01min) a 21.2.2024 (11h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 669/2024-PGJ, DE 20.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Aparecido Rigato para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados de 4 a 13.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Antonio Alencar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 670/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnoli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 671/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados de 11 a 13.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 672/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 673/2024-PGJ, DE 20.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas de 4 a 8.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 674/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho, conforme quadro abaixo:

MEMBRO	DATA
Rodrigo Correa Amaro	18 a 31.3.2024
Bolivar Luis da Costa Vieira	1º a 16.4.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 675/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Eldorado de 25.3 a 12.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 676/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 25ª Zona Eleitoral de 25.3 a 12.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 677/2024-PGJ, DE 20.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai de 4 a 13.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 678/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça da comarca de Amambai de 4 a 13.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 679/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí de 25 a 27.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 680/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia de 4 a 13.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 681/2024-PGJ, DE 20.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã de 19 a 27.3.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 651/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira 5 (cinco) dias de folga compensatória de 11 a 15.3.2024, por sua atuação perante o Tribunal do Júri em regime de mutirão em 2020 e 2021, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 649/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca 1 (um) dia de folga compensatória em 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 625/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0002507-80.2013.8.12.0029, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Naviraí, em 19.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 626/2024-PGJ, DE 19.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências dos Autos nºs 0900069-70.2024.8.12.0029 e 0002655-13.2021.8.12.0029, em trâmite na 2ª Vara Criminal da comarca de Naviraí, em 26.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 668/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder a Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó 10 (dez) dias de férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídos de 20 a 29.2.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 666/2024-PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 3 (três) dias de folga compensatória de 21 a 23.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 646/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida 2 (dois) dias de folga compensatória em 11 e 12.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 647/2024-PGJ, DE 19.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 3 (três) dias de folga compensatória de 25 a 27.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 613/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao pensionista Diego Duarte a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte, a contar de 5.5.2021, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei Federal nº 7.713, de 22.12.1988 (PGA nº 09.2023.00011280-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 516/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6947/2023-PGJ, de 12.12.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, de forma que, onde consta: “no período de 18.1 a 6.2.2024”, passe a constar: “de 18.1 a 2.2.2024 e 6 a 9.2.2024”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 614/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a partir de 15.2.2024, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Dálete de Oliveira Cáceres, nos termos do inciso I do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 623/2024-PGJ, DE 19.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Livia Menezes Simão, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços junto ao Núcleo de Recuperação e Falência, Nuref, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 624/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 1º.2.2024, a Portaria nº 4533/2023-PGJ, de 23.8.2023, que designou a servidora Katheleen Taira de Medeiros para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 48ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 637/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Acrescentar na Portaria nº 1670/2023-PGJ, de 10.4.2023, fiscais setoriais do Contrato nº 34/PGJ/2023, conforme segue: “4) Fiscal Setorial – Andréia Fernandes Francischini, Técnica I; 4.1) Suplente – Diego Servullo da Silva Maluf, Chefe

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 633/2024-PGJ, DE 19.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Vitor Garcia Guerra Dutra, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça de Costa Rica, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 15.2.2024, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 634/2024-PGJ, DE 19.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Natália Perroni Pires, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca de 26.1 a 9.2.2024, em razão de afastamento da servidora Aydil Carneiro de Souza, Técnica I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 635/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Cecilio Leandro Echeverria, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Central de Inquéritos Policiais de Ponta Porã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca de 15.2 a 24.4.2024, em razão de afastamento da servidora Aydil Carneiro de Souza, Técnica I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 636/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Material e Patrimônio em 29.2 e 1º.3.2024, em razão de afastamento da titular, Renata Caroline Pereira de Macedo.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 643/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fernando da Silva Dellamura, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Bela Vista, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 19.2.2024, pelo período de 30 (trinta) dias.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício



PORTARIA Nº 644/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Janaina Bortoloto, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Caarapó, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Bela Vista, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 19.2.2024, pelo período de 30 (trinta) dias.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 652/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E :

Autorizar à servidora Gabriella Bortolotto de Souza, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 10ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, de 20.2 a 29.3.2024, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10, 13 e 14 da Resolução nº 31/2018-PGJ (PGA nº 09.2024.00000219-9).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 008/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública a manifestação dos candidatos aprovados no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocados por meio do Aviso nº 006/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.054 de 29.01.2024 que optaram pela **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de residente, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATOS	CIDADE	NÍVEL
LUCAS VINÍCIUS ALMIRON DOS SANTOS	Amambai	Residente Jurídico
VITÓRIA ROSA DOS SANTOS	Batayporã	Residente Jurídico
ANTHONNY FELIPE BUCCIOTTI ANTONIASSI	Campo Grande	Residente Jurídico
FERNANDA ABREGO XAVIER	Campo Grande	Residente Jurídico
ÉDER ALEXANDRE MARTINS NUNES PALERMO	Campo Grande	Residente Jurídico
PEDRO PAULO DE REZENDE ZÁRATE	Campo Grande	Residente Jurídico
GABRIEL BERTON PETYK	Dourados	Residente Jurídico
LORENA RIBEIRO CAMPOS	São Gabriel do Oeste	Residente Jurídico

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



AVISO Nº 009/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que a candidata aprovada no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocada por meio do Aviso nº 006/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.054, de 29.01.2024, manifestou a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de residente, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATA	COMARCA	NÍVEL
DANIELA GARCIA BAEZ	Bela Vista	Residente Jurídico

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 010/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos aprovados no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS abaixo relacionados, uma vez que os candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 006/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.054, de 29.01.2024.

CANDIDATO(S)	MUNICÍPIO	NÍVEL
BRUNO SÁVIO DA COSTA SODRÉ	Campo Grande	Residente jurídico
MANUEL LUCAS FRANCISQUINI PELLICIONI	Campo Grande	Residente jurídico
GABRIEL MEILI COSTA	Dourados	Residente jurídico

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 011/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que os candidatos aprovados no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocados por meio do Aviso nº 004/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.054, de 29.01.2024, manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.



CANDIDATOS	MUNICÍPIO	NÍVEL
VITÓRIA GABRIELE APOLINÁRIO	Água Clara	Graduação
RAFAELA DE SOUZA ANDRADE	Campo Grande	Graduação
JÚLIA VALE BELMONTE DE BARROS	Campo Grande	Graduação
DÉBORA RODRIGUES BARROS	Campo Grande	Graduação
CLARA SCHADECK MONTALI	Campo Grande	Graduação
LUANA CARNEIRO MONTESSO	Campo Grande	Graduação
ALINA VIEIRA CABREIRA	Campo Grande	Graduação
VICTÓRIA FARIA CÓRDOBA	Campo Grande	Graduação
MARCELO SIEBERT ALE	Campo Grande	Graduação
BEATRIZ RODRIGUES	Campo Grande	Graduação
LETICIA DE OLIVEIRA LIMA	Nova Andradina	Graduação
JOSÉ EDUARDO BICHOLI DOS SANTOS	Paranaíba	Graduação
ISADORA PATROCINIO OLIVEIRA DE FREITAS	Paranaíba	Graduação

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 012/2024-GED
XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos aprovados no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS abaixo relacionados, uma vez que os candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 004/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.054, de 29.01.2024.

CANDIDATO(S)	MUNICÍPIO	NÍVEL
LUCAS DINIZ MIGUEL	Campo Grande	Graduação
LEONARDO DELMONDES RIBEIRO	Campo Grande	Graduação
FELIPE FERZELI LEANDRO SILVA	Campo Grande	Graduação
GIOVANNA RAMOS OTRE	Campo Grande	Graduação
ENDREO SCHMITT CUEVAS	Campo Grande	Graduação
BIANCA ROSA DA SILVA	Itaquiraí	Graduação
THAIS KALESKI BILK	Itaquiraí	Graduação
HENRIQUE VANSO BARBOSA	Naviraí	Graduação

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



AVISO Nº 013/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que os candidatos aprovados no I Processo de Seleção de Estagiários e Residentes do MPMS convocados por meio do do Aviso nº 004/2024-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.054, de 29.01.2024, manifestaram a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estagiário, nos termos do item 4.3 do Capítulo XI do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07.06.2023.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
MARIA EDUARDA CAPELLI TORRES	Campo Grande	Graduação
ALÉXIA ESPERONI LUQUETI	Eldorado	Graduação
LUCAS NASORI DE GODOY	Maracajú	Graduação

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 014/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Os candidatos convocados deverão enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e Admissão”, item 4, o candidato regularmente convocado que **manifestar o interesse** no estágio deverá apresentar os documentos constantes no edital supracitado e no item 2 deste aviso (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**), até o dia 1º de março de 2024, através de e-mail a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br. O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MATHEUS SALES DE ALMEIDA	1	
BARBARA DE CARVALHO PINTO	2	



1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARCOS GUSTAVO KAZUHITO WATANABE	83	
BIANCA DE ALMEIDA GALITZKI	84	
BRUNO SIVIERI PISTORI	85	
ISADORA AYUMI CHINEN AMARAL	86	
CAMILLE CRISTOVÃO FIORI GRANCE	87	
ISADORA CAROLINA LOPES ORTIZ	89	
ISABELLA LEON FERREIRA	90	
ANA PAULA FERNANDES FREITAS	91	
MARIA JEHA PECCI DE OLIVEIRA	92	
ANA LUIZA MACIEL DA SILVA	93	
VITÓRIA FAUSTINY ROSA DOMINGUES	94	
VINÍCIUS PINA BULHÕES PAIXÃO	95	
GABRIELLY CÉLICO TEIXEIRA MARTIA	96	
ANDRYLENE GARCIA DE OLIVEIRA	97	
JOSE ROGERIO DE SOUZA	99	
VINÍCIUS DA CRUZ FERREIRA	100	
BRUNO PRUDÊNCIO NASCIMENTO	101	
THÁISSA BRUNA FREITAS RIOS DE OLIVEIRA	102	
PEDRO GAIOSO LOUBET	103	
MARIA EDUARDA LIMA ARANTES	104	
LEONAN ARIEL DUARTE PINTO	105	
LUCAS SILVA DORILEU	107	

1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CASSILÂNDIA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
PEDRO HENRIQUE SILVA CHAGAS	3	
MARIA EDUARDA LEAL MARTINS	4	

1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LAÍS MONDADORI SANTOS	9	-
JOÃO VICTOR DE LIMA SOUZA	24	4*

*candidatos negros

1.5 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LIVIA GONÇALVES ORTOLANI	10	-
DÉBORAH BIANCA SILVA ALVES	51	5*

*candidatos negros

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;



Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
Autodeclaração de raça ou cor
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso. HISTORICO ACADÊMICO

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 9 8478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 15/2024-GED

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os residentes jurídicos** aprovados no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2023-CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão enviar **manifestação de interesse, desistência formal ou transposição para o final de fila da lista de aprovados**. Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no Capítulo XI, “Da Convocação e da Admissão”, item 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) **que manifestar o interesse** na residência deverá apresentar a documentação constante no edital supracitado, e no item 2 deste aviso (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**), até o dia **1º de março de 2024**, através de e-mail a ser encaminhado para a GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br. **O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (RESIDÊNCIA).**

1.CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – RESIDÊNCIA JURÍDICA

1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
PABLO DIOSNEL VERA DE MALDONADO	6	

**1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA**

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ISABELLE GOMES RIBEIRO	2	
EDSON ANTONIO DUARTE NETO	3	
LUIZA SPOSITO COUTINHO	4	

1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BATAYPORÃ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ZILDA MARIA FERREIRA GARCIA	3	2*

*Candidatos negros

1.4 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LARISSA MONTEIRO CLINK	125	11*
ISABELLA THALIA DA COSTA CORRÊA	22	
CAMILA APARECIDA DELA VALENTINA COIMBRA OLIVEIRA	23	
KAMILA LEITE PRADO DA SILVA	137	12*
FLÁVIA SOUZA CARDOSO POMPEU	24	
GABRIELLE HENRIQUE CORREA	25	
FRANÇOISE RODRIGUES DO NASCIMENTO	142	13*
CAROLINA DE OLIVEIRA ALMADA	26	

*Candidatos negros

1.5 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CHAPADÃO DO SUL

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
VITÓRIA DRESCH MARTINS	2	

1.6 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
YASMIN STEFANY JESUS DE SOUZA	3	

1.7 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
TIAGO DE MELO ARRUDA LEME	23	3*
ESTHER BRANDINA BALASSO	7	

*Candidatos negros

1.8 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE IGUATEMI

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ANTÔNIO ERMÍNIO LEDESMA MATOS	2	



1.9 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SÃO GABRIEL DO OESTE

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LAURA LUÍSA COSSINI DE OLIVEIRA DE SOUZA	2	
ISABELLY CAROLINE LEITAO CLAUDIO	3	

1.10 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GABRIELA DE BRITO SANTI	3	

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. O candidato aprovado para o programa de residência e convocado mediante aviso no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) deverá fornecer à GED, no caso de residente jurídico, os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF;
1 (uma) foto 3x4, recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução n.º 53/2022-PGJ (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários/Residentes);
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”;
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”;
Diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, caput, da Resolução CNMP nº 246.
Autodeclaração de raça ou cor
Tendo mais de 5 anos de formado, apresentar declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, em que constem as seguintes informações: a) datas de início e término do curso; b) carga horária total; c) CNPJ da instituição de ensino; d) Endereço da instituição de ensino; e) Número do Registro Acadêmico – R.A. do aluno (não será aceito documento que não contenha todas as informações);

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NA RESIDÊNCIA E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO****PREGÃO Nº 11/PGJ/2023 - ELETRÔNICO****PROCESSO Nº 09.2023.00007701-0****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a **adjudicação** do objeto e a **homologação** do resultado e da regularidade da licitação **Pregão nº 11/PGJ/2023 - Eletrônico** (Processo nº 09.2023.00007701-0).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de lanches e congêneres, para atender eventos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nesta Capital, conforme descrição, quantitativos e especificações contidas no Termo de Referência e seus adendos.

Vencedora: DOIS AMORES COMÉRCIO DE DOCES E SALGADOS LTDA., para o lote único, no valor total de R\$ 343.927,00 [composto pelos itens 1 (R\$ 16.887,00), 2 (R\$ 59.960,00), 3 (R\$ 39.800,00), 4 (R\$ 27.480,00) e 5 (R\$ 199.800,00)].

Justificativa: Adjudicação e Homologação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do Edital.

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**AVISO Nº 010/2024-SGP****I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício, **CONVOCA apenas** os candidatos **nominalmente listados** no tópico I – **CONVOCAÇÃO**, deste **Aviso nº 010/2024-SGP**, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos nominalmente elencados no tópico I – **CONVOCAÇÃO** foram aprovados no I Processo de Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do **AVISO Nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS**, de 27 de outubro de 2023, publicado no **DOMP nº 3.006**, de 30 de outubro de 2023.

Os candidatos convocados (abaixo listados no tópico I – **CONVOCAÇÃO**) deverão, **com a maior brevidade possível**, enviar e-mail para estagiariosadm@mpms.mp.br a fim de *manifestar interesse no exercício do estágio ou da residência*, ou pedir *transposição para o final da lista de aprovados*, ou, por fim, indicar a *desistência formal*; cabendo aos candidatos exclusivamente convocados por este Aviso, que vierem a apresentar **Manifestação de Interesse no Estágio ou Residência**, o compromisso de **encaminhar os documentos relativos ao credenciamento, para o e-mail estagiariosadm@mpms.mp.br até o dia 1º de março de 2024**.

Os documentos a serem encaminhados para o e-mail estagiariosadm@mpms.mp.br estão relacionados no Capítulo XI do **EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS**, de 06 de junho de 2023, publicado no **DOMP nº 2.912**, de 07 de junho de 2023, e especificados ao final deste Aviso (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

Os documentos originais deverão permanecer sob guarda dos candidatos para eventuais conferências que se fizerem necessárias.

**I – CONVOCAÇÃO****1. COMARCA DE AQUIDAUANA**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Aquidauana, situada na Rua Luiz da Costa Gomes, 544 - Vila Cidade Nova, Aquidauana - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	LUCAS MORÔNI DAMASCENO SEVERO
2º	BRUNNA DEVECHIO HANNIBAL

2. COMARCA DE BATAGUASSU

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Bataguassu, situada na Avenida Dias Barroso, 350 - Centro, Bataguassu - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	GUILHERME ALVES GARCIA
2º	MARIANA DA SILVA XAVIER

3. COMARCA DE BELA VISTA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Bela Vista, situada na Rua Eduardo Peixoto, 1541 - Centro, Bela Vista - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	GABRIEL SOUZA DIAS DA CRUZ

4. COMARCA DE CAMPO GRANDE

Local: Secretaria de Gestão de Pessoas, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

ADMINISTRAÇÃO - ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
11º	LARA BEATRIZ DOS SANTOS GONÇALVES

5. COMARCA DE COSTA RICA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Costa Rica, situada na Rua Domingos Augusto Coelho, 204 - Santos Dumont, Costa Rica - MS.

ADMINISTRAÇÃO - ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	LUANA DA SILVA SANTOS

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

- 1) Digitalização (colorida) ou Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- 2) 1 (uma) fotografia, 3x4 recente e colorida;
- 3) Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio ou programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
- 4) Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- 5) Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 para os estagiários e de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução nº 53/2022-PGJ para os residentes (modelo será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 6) Ficha de Cadastro (que será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);



- 7) Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (modelo será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 8) Autodeclaração de raça ou cor (arquivo será encaminhado para o e-mail do candidato convocado);
- 9) Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A;
- 10) Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, constando obrigatoriamente as seguintes informações, conforme o caso (não serão aceitos documentos que não contenham todas as informações especificadas):
- I - curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas: datas de início e término do curso e carga horária total (documento específico para candidatos de Residência que tiverem mais de 5 anos de formado);
- II - curso de graduação: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e a data prevista para conclusão do curso, sendo que a declaração de matrícula do acadêmico de Graduação deve ser acompanhada pelo Histórico Escolar;
- III - ensino médio: ano letivo, turno, semestre e data prevista para conclusão desse nível de ensino;
- 11) Diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, *caput*, da Resolução CNMP nº 246 (documento específico para candidatos de Residência).

Em caso de dúvidas, favor ligar para (67) 3318-2183.

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2024.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E ABRAMPA

Processo: 09.2023.00010474-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE – ABRAMPA**, representada por seu Presidente, **Alexandre Gaio**;

Objeto: Mútua colaboração entre os partícipes com o fito de viabilizar o acesso por parte do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul à Plataforma de Transparência do Projeto MP DESMATE ZERO implementada e gerida pela ABRAMPA, no âmbito do Projeto “AGROAMBIENTAL LEGAL”, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 05.02.2024 até 31.12.2025.

Data da assinatura: 5 de fevereiro de 2024.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 005/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000004-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;2- **MEGA GÁS LTDA**, representada por **Orli Scheuermann**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Constitui objeto desta Carta-Contrato o fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 70,00 (setenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000066, de 08.01.2024.

Vigência: 20.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 20 de fevereiro de 2024.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 028/PGJ/2024

Processo: 09.2024.00000050-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;2- **SILVANA CRISTINA BONIN OLA**, representada por **Silvana Cristina Bonin Ola**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Angélica/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000128, de 11.01.2024.

Vigência: 22.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 22 de fevereiro de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925672-69.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) M.L.S² e vítima(s) C.C.O, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de materialidade delitiva, elemento essencial à atipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 21 de fevereiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900068-72.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) M.A.M⁴ e vítima(s) L.C.A, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à atipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 21 de fevereiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

ANAUROLÂNDIA

EDITAL Nº 0003/2024/PJ/AID

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro - CEP: 79770-000, Anaurilândia/MS - Telefone: (67) 2020-9313.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001276-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Agropecuária Vasques LTDA, Agronegócios Ouro preto Unipessoal LTDA-ME

Assunto: “Apurar a regularidade dos danos ambientais identificados em 0,06 hectare, em Área de Preservação Permanente, na Fazenda Jardim, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n. 004/2ºGPMA/5ºPEL/1ªCIA BPMA/2021.”

Anaurilândia, 12 de fevereiro de 2024.

EDIVAL GOULART QUIRINO
Promotor de Justiça

AQUIDAUANA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0000217-23.2020.8.12.0005, em que constam como investigado Cleiton da Silva Lacerda, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 21 de Fevereiro de 2024.

JOÃO MENECHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0000217-23.2020.8.12.0005, em que constam como vítima Leide de Souza Carvalho, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 21 de Fevereiro de 2024.

JOÃO MENECHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0000806-49.2019.8.12.0005, em que constam como investigado Marcelo Cristaldo Fernandes, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 21 de Fevereiro de 2024.

JOÃO MENECHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900611-97.2023.8.12.0005, em que constam como vítima Luiz Paulo Silva De Sousa, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 21 de Fevereiro de 2024.

JOÃO MENECHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0000070-89.2023.8.12.0005, em que constam como investigado / vítima Elias Pereira da Silva, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 21 de Fevereiro de 2024.

JOÃO MENECHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0000070-89.2023.8.12.0005, em que constam como investigado / vítima Davi Ribeiro Martins, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 21 de Fevereiro de 2024.

JOÃO MENECHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Aquidauana, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0001963-52.2022.8.12.0005, em que constam como investigado Juan Pablo Miranda Ayala, conforme se transcreve:

"Assim, pelo exposto, não havendo nos autos elementos de convicção suficientes, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento do presente caderno investigativo, com fundamento no artigo 28 do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução 43/2023-PGJ."

Aquidauana – MS, 21 de Fevereiro de 2024.

JOÃO MENECHINI GIRELLI
Promotor de Justiça

CASSILÂNDIA**EDITAL Nº 0002/2024/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001555-0, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001555-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Cassilândia/MS

Assunto: Registro e acompanhamento das visitas mensais e inspeções do Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Cassilândia/MS exercício 2024.

Cassilândia-MS, 21 de fevereiro de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA
Promotora de Justiça



CORUMBÁ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0901587-95.2023.8.12.0008, em que constam como investigado Alex Ariel da Costa Marques e vítima o Mercado Atacadista Mega, conforme se transcreve: “O Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente feito em razão da atipicidade material da conduta”.

Corumbá-MS, 21 de fevereiro de 2024.

MANOEL VERIDIANO FUKUARA REBELLO PINHO
Promotor(a) de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900857-84.2023.8.12.0008, em que constam como investigado R.C.S e vítima o LHJF, conforme se transcreve: “O Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente feito em razão de agressões recíprocas, sem definir quem atacou e quem se defendeu no dia dos fatos”.

Corumbá-MS, 21 de fevereiro de 2024.

MANOEL VERIDIANO FUKUARA REBELLO PINHO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0002973-25.2022.8.12.0008 - Autos SAJ/MP nº. 08.2022.00109430-1, em que consta(m) como investigado(a/s) J. M. L. N. e vítima(s) Y. L. da S. N. (J. I. da S., responsável pelo menor), conforme se transcreve: ***“ANTE O EXPOSTO, fundamentalmente por entender ausente a necessária justa causa, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público promove o arquivamento do inquérito policial.”***

Corumbá/MS, 21 de fevereiro de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,
Promotor de Justiça.

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁶ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do do inquérito policial dos Autos n.º 0901696-12.2023.8.12.0008 - Autos SAJ/MP n.º. 08.2024.00008977-6, em que consta(m) como investigado(a/s) "a apurar" e vítima(s) Vadilson Candelário Chimenes, conforme se transcreve: **"ANTE O EXPOSTO, e fundamentalmente por entender que o contexto indiciário agregado aos autos evidencia o agir escudado na excludente da legítima defesa, o Ministério Público promove o arquivamento do inquérito policial"**.

Corumbá/MS, 21 de fevereiro de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,
Promotor de Justiça.

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do do inquérito policial dos Autos n.º 0007541-02.2013.8.12.0008 - Autos SAJ/MP n.º. 08.2017.00114129-4, em que consta(m) como investigado(a/s) "a apurar" e vítima(s) Anderson Medina Mendonça Vieira, conforme se transcreve: **"ANTE O EXPOSTO, fundamentalmente por inexistir indícios de autoria, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público promove o arquivamento do presente inquérito policial."**

Corumbá/MS, 21 de fevereiro de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,
Promotor de Justiça.

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do do inquérito policial dos Autos n.º 0005817-21.2017.8.12.0008 - Autos SAJ/MP n.º. 08.2017.00292624-3, em que consta(m) como investigado(a/s) Gleison Alencar Fernandes e vítima(s) Fábio de Souza Paz e Fernando Reye Salvatierra Rocha, conforme se transcreve: **"ANTE O EXPOSTO, e fundamentalmente em razão da falta de materialidade delitiva, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público promove o arquivamento do caderno policial."**

Corumbá/MS, 21 de fevereiro de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,
Promotor de Justiça.

**DOIS IRMÃOS DO BURITI****EDITAL 0007/2024/PJ/DIB****Autos de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00001159-8**

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00001159-8, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Acompanhar as inspeções/visitas mensais e semestrais que serão realizadas no ano de 2024 na Penitenciária de Dois Irmãos do Buriti, Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado..

Dois Irmãos do Buriti-MS, 19 de fevereiro de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL 0008/2024/PJ/DIB**Autos de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00001160-0**

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00001160-0, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Acompanhar a realização de visita técnica na Delegacia de Polícia Civil de Dois Irmãos do Buriti, no ano de 2024.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 19 de fevereiro de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça em substituição legal

GLÓRIA DE DOURADOS**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Glória de Dourados/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º⁷, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900184-13.2023.8.12.0034, que consta como investigado C. Da S. G. e vítima L. Dos S., conforme se transcreve: “Ante o exposto, em virtude da ausência de indícios mínimos para a deflagração da ação penal (*falta de justa causa para a promoção da ação penal*) para oferecimento de denúncia, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito policial.”

Glória de Dourados, 20 de fevereiro de 2024.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça

⁷ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.” ²⁰ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Glória de Dourados/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000112-27.2018.8.12.0034, que consta como investigados Edno Domingos Fernandes, Carieli Raiany Silva Luz e Rui Pizzinatto, conforme se transcreve: “Ante o exposto, em virtude da ausência de indícios de autoria (falta de justa causa para a promoção da ação penal), inexistindo justa causa para oferecimento de denúncia, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito policial.”

Glória de Dourados, 20 de fevereiro de 2024.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Glória de Dourados/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900186-80.2023.8.12.0034, que consta como investigados/vítimas (cumulativamente) C.A.da S. E J. R. A., conforme se transcreve: “Ante o exposto, em virtude de indícios da materialidade (falta justa causa para a promoção da ação penal), inexistindo justa causa para oferecimento de denúncia, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento parcial do inquérito policial.”

Glória de Dourados, 20 de fevereiro de 2024.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2019.00000336-0

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Glória de Dourados/MS/Secretaria Municipal de Educação

OBJETO: Apurar eventuais irregularidades na contratação de professores temporários pelo município de Glória de Dourados em detrimento da realização de concurso público..

RECOMENDAÇÃO Nº .001/2024

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotora de Justiça Substituta que abaixo assina e com atribuições na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 129, incisos III e IX, da Constituição da República de 1988; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, e artigo 80, ambos da Lei Federal nº 8.625/1993; artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal 75/1993; artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO a natureza constitucional do Ministério Público, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, com a incumbência da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal prevê como função institucional do *Parquet* a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social e para a tutela de demais interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição da República de 1988 sempre que necessário for para a garantia do seu respeito pelos poderes municipais, nos termos do artigo 27, inciso I, da Lei 8.625/93;



CONSIDERANDO os princípios expressos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, de observância obrigatória para toda a Administração Pública, os quais impõem ao agente público o respeito à legalidade, à moralidade, à impessoalidade, à publicidade e à eficiência;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público a expedição de recomendações, visando à melhoria dos serviços de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (art. 28, XI, da Lei Complementar n. 72/94);

CONSIDERANDO que a garantia de acesso à informação é preceito inserto no texto constitucional, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) regulamenta esses dispositivos constitucionais, subordinando toda Administração Pública (direta e indireta) das três Esferas de Governo.

CONSIDERANDO que evidencia-se com isso a abrangência e seriedade normativa quanto à obrigação do Estado (administração direta e indireta), bem como entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos, permitir o acesso irrestrito às informações públicas, como REGRA GERAL, existindo a possibilidade de restrição temporária, no caso de comprometimento à segurança da sociedade e do Estado, porém como MEDIDA EXCEPCIONAL.

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça a notícia a Secretaria Municipal de Educação não vem dando transparência nos atos de convocação de professores, conforme fls. 1192/1210.

CONSIDERANDO que o artigo 38 da Lei Complementar Municipal nº 84/2021 (Estatuto do Magistério Público da Prefeitura de Glória de Dourados estabelece que: *"Deverão constar dos atos de convocação, no mínimo a identificação do docente convocado, a atividade, área de estudos ou disciplinas, o período de convocação, a quantidade de horas-aulas, a unidade escolar, o motivo da substituição ou a origem da vaga"*.

Resolve RECOMENDAR à Secretária Municipal de Educação de Glória de Dourados, no prazo de 15 (dias) dias, contado a partir do recebimento da presente recomendação, que adote as seguintes providências:

I. Cumpra integralmente a disposição do artigo 38 da Lei Complementar Municipal nº 84/2021 (Estatuto do Magistério Público da Prefeitura de Glória de Dourados que estabelece: *"Deverão constar dos atos de convocação, no mínimo a identificação do docente convocado, a atividade, área de estudos ou disciplinas, o período de convocação, a quantidade de horas-aulas, a unidade escolar, o motivo da substituição ou a origem da vaga"*.

REQUISITA-SE ao Recomendado a apresentação de RESPOSTA ESCRITA no prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da presente, sobre seu acatamento, advertindo-se desde já que o silêncio será interpretado como não acolhimento da Recomendação;

Nos termos do inciso IV do artigo 27 da Lei nº 8.625/93, promova-se, no prazo de 10 (dez) dias, a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no meio de comunicação destinado à divulgação dos atos oficiais do Município de Glória de Dourados, tendo em conta a previsão do parágrafo único do artigo 45 da Resolução nº 015/2007-PGJ.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

Para melhor conhecimento e divulgação, encaminhe cópia da presente Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público.

Glória de Dourados/MS, 19 de fevereiro de 2024

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça



ITAQUIRAÍ

EDITAL Nº0001/2024/GACEP/ITQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso, 350 - Centro - CEP: 79.965.00, Itaquiraí/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001503-9

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça de Itaquiraí

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar inspeções na Delegacia de Itaquiraí no ano de 2024

Itaquiraí, 21 de fevereiro de 2024.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça

IVINHEMA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial, autos SAJTJ n. 0000056-50.2024.8.12.0012, SAJMP n. 08.2024.00010456-1, em que constam como investigado V. S. e vítima A.B.R.S., conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual promove o arquivamento destes autos, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal”.

Ivinhema, 22 de fevereiro de 2024.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO

Promotor de Justiça

NOVA ANDRADINA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima L.N.G.F., a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900027-91.2023.8.12.0017, conforme se transcreve: *diante da ausência de materialidade, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento das presentes peças, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal*”.

Nova Andradina-MS, 21 de fevereiro de 2024.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica o investigado José Arnaldo Floriano, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0901045-50.2023.8.12.0017, conforme se transcreve: “O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove o arquivamento das presentes peças, em virtude da ausência de tipicidade material”.

Nova Andradina-MS, 21 de fevereiro de 2024.

MURILO HAMATI GONÇALVES

Promotor de Justiça

RIO NEGRO**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900361-32.2023.8.12.0048, em que constam como investigada Maria Clara Pereira Cabral, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento de ação penal, uma vez que não foi demonstrada a materialidade do delito”.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2024

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0008/2024/PJ/RVG**

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2022.00011364-1 em que constam como investigado Julio Cezar de Souza e vítima Cleomar Candida dos Santos, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF.”

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 20 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0016/2024/PJ/RVG

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2022.00068396-7 em que constam como investigado pessoa precariamente identificada como “Baiano/Neguinho” e vítima Leandro da Cunha Medes, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF.”

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 21 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0013/2024/PJ/RVG**

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00204357-8 em que constam como investigado Anderson Batista de Souza e vítima Antonia Rodrigues de Lima, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial."

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 20 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0015/2024/PJ/RVG

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2021.00180414-6 em que constam como investigados/vítimas Rudson Flores dos Santos e Ariana Duarte Arguelho, conforme se transcreve: "o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF."

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 20 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 00011/2024/PJ/RVG

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00024110-5 em que constam como investigado Ewerton Godoy Jaques e vítima Yvone Rosemary Godoy, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o Diante do exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF."

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 20 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0010/2024/PJ/RVG

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2022.0068543-2 em que constam como investigado Derci de Souza Fuzaro e vítima Angelita Rodrigues de Arruda, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF."

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 20 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0014/2024/PJ/RVG**

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2021.00178667-5 em que constam como investigado Carlos Henrique de Oliveira e vítima Jucilene Barbosa da Silva, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o Diante do exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF."

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 20 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0012/2024/PJ/RVG

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00001118-7 em que constam como investigado José Carneiro de Assis e vítima Maria Antonio Pereira da Silva, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o Diante do exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF."

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 20 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER
Promotor de Justiça

TERENOS**EDITAL Nº 0007/2024/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2024.00000129-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade na Câmara Municipal de Terenos consistente na não publicação dos contratos e das licitações realizadas no portal da transparência.

Terenos/MS, 09 de fevereiro de 2024.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0008/2024/PJ/TRN**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Terenos/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, CEP 79190-000, em Terenos/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001364-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcelino de Oliveira Pires Pereira

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 3,8 hectares em área de Reserva Legal e 9,4 hectares em área remanescente de vegetação nativa, no Lote 78 - Projeto de Assentamento Nova Querência, em Terenos/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 012552/2023 e Laudo de Constatação n. 016025/2023”.

Terenos, 05 de dezembro de 2023.

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0009/2024/PJ/TRN

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Terenos/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro - CEP: 79190-000, Terenos/MS

Inquérito Civil nº 06.2023.00001399-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Maria de Lourdes Pereira Souza, José de Souza

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de vegetação nativa e queima de leiras de 4,3 hectares, no Assentamento Paraísos, Chácara Manancial Paraíso, Lote 55, em Terenos/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 0096 e Laudo de Constatação n. 0192 ”.

Terenos, 15 de dezembro de 2023.

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0010/2024/PJ/TRN

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Terenos/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro - CEP: 79190-000, Terenos/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001400-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelson Volce

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 22,5980 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Meio Século - MM, em Terenos/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 012645/2023 e Laudo de Constatação n. 016142/2023 (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL).”

Terenos/MS, 15 de dezembro de 2023.

EDUARDO DE ARAUJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça